



ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO  
MUNICÍPIO DE CAMPOA DE JÚLIO/MT.

Ref.: Pregão Presencial nº 007/2017.

**WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA**, empresa de indústria e comércio, com sede na Av. Pastor Martin Luther King Jr., nº 126. Sala 301-B, Bloco 1, Parte, Del Castilho, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 35.820.448/0001-36 e com filial na Avenida B, nº 1430 – 78098/2870 Distrito Industrial - Cuiabá, inscrita no CNPJ/MF nº 35.820.448/0007-85, vem, por seu representante legal abaixo assinado, com fulcro no § 2º do artigo 41 da Lei n.º 8.666/93, apresentar

### **IMPUGNAÇÃO**

ao edital de licitação em epígrafe, pelas razões de fato e de direito que serão a seguir devidamente expostas:

## I – DO CERTAME E DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Nos termos do instrumento convocatório anteriormente referido, a abertura da sessão ocorrerá às 08h00min do dia 17 de abril de 2017, na licitação pela modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, pelo sistema de Registro de Preços e tendo por objeto “AQUISIÇÃO PARCELADA DE OXIGÊNIO MEDICINAL E NITROGÊNIO LÍQUIDO.”.

Portanto, de acordo com o disposto no §2º do artigo 41, da Lei nº 8.666/93 e também conforme o edital referido, esta Impugnação, apresentada hoje, é indiscutivelmente tempestiva.

## II – DA ANÁLISE DO EDITAL PELA SOLICITANTE

Interessada e apta a participar da licitação epigrafada, veio a Impugnante a adquirir o Edital regulador do certame e examinar as condições de participação nele constantes com a minúcia apropriada, necessária à percepção das diversas particularidades e nuances do objeto da licitação.

Desse acurado exame, resultou a constatação, com o devido respeito, de que há disposições no instrumento convocatório merecedoras de adequação, razão por que, em homenagem ao Princípio da Isonomia, da Razoabilidade e da Vinculação ao Instrumento Convocatório, são ora questionadas:

## III – DAS IMPROPRIEDADES DO EDITAL

Existem impropriedades no Edital de Licitação, que a seguir serão demonstradas, razão pela qual este deve ser reformado.

### III.1 - Do Cilindro para Acondicionamento dos Gases

O edital, em tabela própria no Preâmbulo do Edital, determina as suas especificações em que empresa vencedora deverá fornecer os objetos da licitação, vejamos:

Item	Unidade	Quantidade	Descrição
1.	LT	120	Nitrogênio Líquido - Produto acondicionado em tanque criogênico, apresentando grau de pureza mínima de 99,5%, O <sub>2</sub> máximo 5PPM 2 H <sub>2</sub> O máximo 3,5PPM.
2.	M³	120	Oxigênio gasoso - com elemento medicinal, envasado em cilindro com 1 m³.
3.	M³	600	Oxigênio gasoso - com elemento medicinal, envasado em cilindro com 10 m³.
4.	M³	340	Oxigênio gasoso - com elemento medicinal, envasado em cilindro com 3 m³.

Ocorre que, com as disposições **exatas** do volume dos cilindros, o edital **estaria estabelecendo preferência** para o fornecimento do objeto licitado a poucos interessados, como é o caso descrito acima **no item 04, mesmo que não seja essa sua intenção**, uma vez que cilindros com as capacidades volumétricas **exatas** previstas **são utilizados apenas por determinadas empresas** que atuam no mercado, **ferindo, além disso o princípio da isonomia**.

Já é sabido que a **isonomia** trata-se de **princípio basilar e constitucionalmente tutelado**, devendo ser garantida em todo o procedimento licitatório, sendo terminantemente **vedada qualquer preferência formulada pela Administração Pública que venha a comprometer a igualdade dos licitantes**.

Mais apropriado – e, conseqüentemente, **adequado às regras** que norteiam o procedimento licitatório – seria **constar** que o licitante deverá fornecer os gases da seguinte forma:

- **Para o item 04:** em cilindros de **3m<sup>3</sup> à 3,5m<sup>3</sup>**.

Outrossim, **não consta** no instrumento convocatório **qualquer justificativa técnica para a especificação dos cilindros da forma como é feita**, razão pela qual tal exigência não se mostra razoável, tendo em vista que restringe o número de licitantes.

A **manutenção dos termos editalícios** sem as devidas correções **vai de encontro ao verdadeiro propósito do certame licitatório**: a competição, a eficiência, o interesse público, além de, no mínimo, ser pouco razoável. Sobre o tema, assim se manifestou Marçal Justen Filho, *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, p. 108:

*“A vedação do § 5º conjuga-se com o art. 25, inc. I, a cujo comentário se remete. É possível a contratação de fornecedores exclusivos ou a preferência por certas marcas, desde que presente o interesse público. Não se admite a opção arbitrária, destinada a beneficiar determinado fornecedor ou fabricante.” (grifo nosso)*

O mesmo autor esclarece, ainda, que **“serão inválidas todas as cláusulas que prejudiquem o caráter competitivo da competição”** (obra citada, p. 79).

**Resta evidente**, portanto, que a exigência referente à capacidade volumétrica dos cilindros, totalmente irrelevante para o cumprimento do objeto desta licitação, com não é razoável, fazendo-se **necessária a adequação do mencionado dispositivo editalício**, a fim de que seja atendido o interesse público.

### **III.2 – Da Necessidade de Exigência de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) para Gases Medicinais**

Conforme se verifica da leitura do edital, o mesmo não exige das empresas licitantes, para fins de habilitação, Autorização de Funcionamento – AFE para os itens objeto do certame. Entretanto, deverá o edital deixar claro que a **Autorização de Funcionamento será de apresentação obrigatória**, isso, porque, considerando o objeto da licitação em epígrafe, deve-se **observar a regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA sobre o tema desde o início do processo**.

Nesse sentido, lembramos que, em 1º de outubro de 2008, a ANVISA publicou a **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 69/2008**. Com o objetivo de regulamentar as **atividades das empresas fabricantes de gases medicinais**, o órgão concedeu o prazo de 15 (quinze) meses para que estas obtivessem Autorização de Funcionamento. Mais recentemente, porém, tal prazo foi prorrogado. Nos termos da **RDC nº 9/2010**, as empresas do ramo teriam até **31 de dezembro de 2012** para sua regularização.

Diante disso, verifica-se que a **exigência** de Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA é, atualmente, **imperativa. Gases medicinais são considerados produtos para suporte à vida**, de forma que a regulamentação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA tem como **objetivo limitar a participação em licitações apenas às empresas realmente qualificadas para o fornecimento destes**.

**Ressalta-se, também, que no caso da empresa licitante for somente distribuidora (revendedora), esta deve apresentar as cópias da AFE e da Licença Sanitária da empresa produtora além dos seus, assim como o contrato pactuado entre ela e a fabricante.**

Portanto a apresentação de **Autorização de Funcionamento deve ser uma obrigação para habilitação das licitantes**, pois do contrário, há o risco de empresa sem a qualificação necessária lograr-se vencedora do certame, posteriormente gerando prejuízos à Administração Pública e, mais importante, aos pacientes que farão uso dos gases.

Verifica-se, dessa forma, que a apresentação do documento de Autorização de Funcionamento deve ser inserido nos documentos exigidos para a habilitação dos itens objetos do certame, atendendo-se assim, ao disposto na DC nº 69/2008, **tornando obrigatória a apresentação da AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO para a contratação, bem como para a habilitação**.

### **V – DO PEDIDO**

Ante o exposto, a Impugnante solicita a retificação no que tange à mencionada impropriedade do instrumento convocatório, a fim de que sejam respeitados os princípios que regem a atuação da

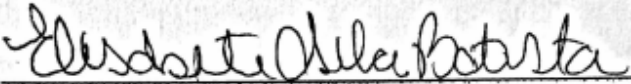


Administração Pública.

Fica, dessa forma, atingido o instrumento convocatório, devendo novo edital ser elaborado e publicado considerando as devidas adequações.

Cuiabá, 11 de abril de 2017.

**White Martins Gases Industriais Ltda.**



---

**White Martins Gases Industriais Ltda.**  
Elisabete Aguiar Silva Bastista  
RG 32.608.070-3  
Gerente de Negócios – Licitações  
Tel: (11) 99465 – 4911  
Email: elisabete\_silva@praxair.com